

Política ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão-SP

Priscyla Christine Hammerl¹

Introdução

A recente ocorrência da reforma do Código Florestal Brasileiro traz à tona uma relevante discussão sobre o processo de evolução das políticas ambientais brasileiras, uma vez que esta preocupação com a conservação das florestas e dos outros ecossistemas naturais não se trata de um tema novo. Desde 1934, quando surgiu legalmente o Código Florestal, a política ambiental no Brasil tende a criar instrumentos de comando e controle que visam reduzir os impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente.

Foi justamente no governo Vargas que se puderam observar as primeiras tentativas do Estado de ordenar o uso dos recursos naturais. No período pré-Vargas, o que se constata pela análise historiográfica, é que as preocupações ambientais são caracterizadas por ciclos de exploração dos recursos visando à demanda externa, sendo que nestes espaços de tempo, o Estado atribuía importância ao recurso natural sempre associado prioritariamente ao aspecto econômico, desconsiderando os impactos ambientais dessa exploração.

O resultado desse processo foi a destruição desenfreada dos recursos naturais, levando à criação do Código Florestal, assim como os códigos de Água, Minas, Caça e Pesca e a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. No entanto, embora houvesse essas iniciativas, as mesmas eram medidas isoladas e não se tratavam propriamente de prioridades da política pública Varguista (LUSTOSA *et al*, 2003).

Por outro lado, embora se tratem de ações avulsas no interior da política de Vargas, não se pode deixar de analisá-las, uma vez que estas são as primeiras tratativas e organizações que unem a elite política e intelectual brasileira em prol da questão

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNISC). Mestre em Hospitalidade (UAM). Bacharel em Turismo (UNESP). Docente Instituto Federal Farroupilha.

ambiental (FRANCO, 2002), o que culminou em desdobramentos que levaram, inclusive, à (re) organização econômica de determinadas cidades e regiões no Brasil.

Como exemplo deste processo, tem-se as primeiras iniciativas que visam estimular o turismo brasileiro, uma vez que esta prática, aos moldes do que ocorria em outros lugares pelo mundo, poderia barrar o avanço na destruição dos recursos naturais, aliando a este processo ganhos econômicos (pela exploração turística) e científicos (pela preservação dos recursos que poderiam ser mais bem aproveitados no âmbito das pesquisas acadêmicas).

Nasce assim, uma das primeiras iniciativas de política ambiental no Brasil, idealizadas pela elite político-intelectual brasileira durante a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934) e implementada, ao menos em partes, pelo governo Vargas. Criam-se, portanto, leis que visam orientar e controlar o uso dos recursos naturais, assim como estimular a exploração de locais onde é priorizado o contato do homem com a natureza.

Dessa maneira, o presente artigo pretende apresentar e analisar como as primeiras iniciativas relativas à política ambiental brasileira se constituiu e possibilitou, por conseguinte, a composição e o estímulo ao desenvolvimento turístico no âmbito nacional. Com o intuito de melhor compreender como a questão ambiental em relação ao turismo é abordada por órgãos oficiais, optou-se por trazer resultados de uma investigação sobre um relatório de viagem produzido em 1941 pela diretoria de publicidade agrícola da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

A obra, que apresenta dados sobre a cidade de Campos do Jordão, São Paulo, pode ser analisada como exemplo de um documento da época, que apresenta uma visão institucional de um importante órgão público que busca a redução de impactos ambientais em prol do turismo, tendo uma forte ligação com o governo Vargas, uma vez que o momento a que se remete sua produção e divulgação está pautado pela ligação do Estado de São Paulo ao Governo Nacional pelo sistema de Interventorias.

A política ambiental na Era Vargas

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder ocorreu justamente durante uma grande crise econômica, dada a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Nesse processo, todo o mercado mundial é afetado, sendo abandonado o liberalismo econômico, predominante até então, para dar lugar ao modelo keynesiano, que orientava no sentido de uma forte presença do Estado na economia. E é justamente nesse período, que favorecia a indústria de substituição de importações, com o aceleramento dos ramos produtores de bens de consumo interno, e sob a égide do nacionalismo aliada a um forte desejo de modernização da sociedade que se configura o ambiente político-intelectual onde as elites se manifestam em relação às questões ambientais.

Durante as décadas de 1930 e 1940, dentre os temas de debate da elite político-intelectual brasileira, a questão da preservação da natureza aparece relacionada com a questão da identidade nacional o que “implicou na apropriação e elaboração de tradições de pensamento que envolvia um conhecimento científico do mundo natural e a idéia de que ele devia ser conservado por motivos econômicos e estéticos” (FRANCO, 2002, p.78).

Este grupo, responsável pelos primeiros debates nacionais relacionados à preservação da natureza era constituído por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que pretendiam garantir que políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro fossem implementadas pelo Estado, e é sob este comando que surge a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

Realizado no Rio de Janeiro, em 1934, e patrocinado pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, o evento já “indicava a existência de uma maior veiculação da questão da proteção à natureza entre a opinião pública, que por meio da atuação de uma série de entidades da sociedade civil, pressionava no sentido de uma política mais efetiva por parte do governo” (FRANCO, 2002, p 79).

Nesse ínterim, aparece como um importante agente desse processo, a figura de Alberto José de Sampaio, diretor do Museu Nacional. De boa representatividade pública, uma vez que Sampaio era frequentemente entrevistado pela imprensa, este

botânico, ativista e professor foi um dos pioneiros do conservacionismo no país (FRANCO, DRUMMOND, 2005).

Sampaio, que escrevia a favor do reflorestamento e das reservas naturais desde 1912, passa a partir da década de 1930 a acreditar na eficácia do poder do Estado para a aplicação de medidas conservacionistas, e é sob esta ótica que o botânico conduz o debate durante a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, não hesitando em expressar as bases estéticas e morais como práticas para seu conservacionismo. “Precisamos ter florestas, defender as florestas, pelo simples motivo de serem bonitas em sua majestade” (SAMPAIO, 1935, p.16-17 *apud* DEAN, 1995).

Outra importante figura que partilha desses ideais, é Leôncio Corrêa, presidente da Associação de Amigos da Árvore. Tendo proferido, a palestra de abertura do evento, afirma:

O culto e proteção, já o dissemos, a defesa do patrimônio florestal, escopo supremo da nossa Sociedade, representa a parte básica do grande problema que se impõe modernamente ao mundo civilizado sob a fórmula da Proteção à Natureza — problema transcendente que abrange não só a proteção da flora e da fauna, na sua quase totalidade ameaçadas de aniquilamento em todas as regiões do globo, como, também, como complemento e consequência, a proteção das paisagens, o resguardo dos sítios pitorescos, convindo não esquecer que o tentame visará, além da defesa dos patrimônios biológicos subsistentes, tanto quanto possível, a sua reconstituição².

É importante destacar que esta visão de conservacionismo ambiental, aliada ao senso estético e apoiada à exploração econômica, são vertentes de discussão mundial neste período. Entre fins do século XIX e início do século XX, tanto na Europa como nos Estados Unidos, assim como em outros países do mundo, setores da sociedade civil passam a internalizar o mundo natural na construção de suas identidades, tendo no conservacionismo uma de suas vertentes.

O conservacionismo, por sua vez, é originário das investigações de Gifford Pinchot, cuja doutrina exposta na obra *The Fight Conservation*, identifica-se “o

² Cf. Alberto José Sampaio (relator). *Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, In: Boletim do Museu Nacional, vol. XI, nº 1, março de 1935. Referência retirada do artigo: “A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional” de autoria de Franco (2002).

‘desenvolvimento’ como princípio primeiro de conservação da natureza, seguido pelas idéias de ‘prevenção do desperdício’ e ‘desenvolvimento para o benefício de muitos, e não meramente para o proveito de poucos’” (TAVOLARO, 2000, p.73).

Outra teoria em voga nas discussões ambientais no panorama mundial que também se desenrola nos debates político-ambientais no Brasil, é a teoria preservacionista, cujo cerne está ligado à reverência à natureza, no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Nessa perspectiva, em meados do século XIX, a concepção de *wilderness* (ou mundo selvagem) favoreceu a criação de parques e estações ecológicas norte-americanas e a defesa do uso restrito das áreas de proteção ambiental (PELEGRINE, 2006), sendo o parque de *Yellowstone* o primeiro deles.

Criado em 1872 pelo Congresso dos Estados Unidos, a área foi cunhada com o objetivo de preservar este meio natural para benefício e desfrute das gerações futuras. Em seu ato de criação ficou determinado que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. O ser humano ali seria um visitante, nunca um morador (BENSUSAN, 2006). É sob esta perspectiva preservacionista que nasce, portanto, o uso turístico deste espaço natural.

A ideia de uso turístico dos espaços naturais, tal qual a perspectiva preservacionista, parece ter frutificado no cenário brasileiro na década de 1930/40. Embora parte dos intelectuais que contribuíram para este debate, sobretudo no ato da primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934), assumissem o discurso conservacionista, os ideais de aliar estética, economia, e proteção ao meio natural por meio do turismo, aparecem como uma adequada opção de negociação entre os dois discursos, sendo assumido como uma boa alternativa a ser implementada no caso brasileiro.

Sendo assim, uma das primeiras vias a colocar a preservação ambiental como questão da política nacional ambiental foi o turismo. Durante os debates da primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, Franco (2002, p.87) afirma:

O modelo a ser seguido, nesse caso, era o dos parques nacionais americanos, e a opção econômica o turismo. A natureza, como objeto de conhecimento científico, era valorizada. Havia, também, a consciência de se viver um momento de mobilização em torno da questão da proteção à natureza.

Por outro lado, há de destacar que a questão do turismo como elemento promotor do crescimento econômico em comunhão com a proteção ao meio ambiente, são reflexos da política varguista. A década de 1940 é marcada pelas primeiras iniciativas governamentais que visam estimular o turismo como forma de afirmação da identidade nacional, sem esquecer, no entanto, que esta atividade econômica estava ligada, sobretudo, à preservação ambiental como condição primeira para sua existência, pois aspectos como a fruição da paisagem e o desenvolvimento das estâncias, só seriam possíveis se as políticas ora preservacionistas, ora conservacionistas fossem implementadas tal qual a elite político-intelectual da época preconizava.

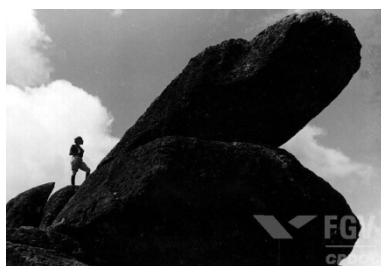
Política, meio ambiente e turismo na Era Vargas

As primeiras iniciativas durante o Governo Vargas para divulgação da atividade turística podem ser constatadas na ação de concepção do livro *Obra getuliana*, idealizada em 1938 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação. Criado com o objetivo de consolidar o momento político que se instaurava - nacionalista, populista e centralizador - o livro que apresentava basicamente fotografias, pretendia “disciplinar o olhar” de uma nação trabalhadora, modelando uma imagem de um Brasil moderno e um modelo cívico a ser seguido. (JAGUARIBE; LISSOVSKI, 2006).

Dentre as imagens produzidas para a concepção do livro, estão algumas fotos de atrativos turísticos brasileiros destacando, sobretudo, o meio natural. Tais fotos, que datam de 1938 a 1945, apresentam pontos turísticos brasileiros de Recife/PE, Rio de Janeiro, Poços de Caldas/MG, São Lourenço/ MG e Bahia. Segundo informações presentes no site (<http://cpdoc.fgv.br>) do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), local onde as

fotografias encontram-se catalogadas, as mesmas não chegaram a ser publicadas na *Obra getuliana*.

Contudo, o acervo sob o título “aspectos dos pontos turísticos brasileiros”, que ilustra os atrativos naturais e históricos nacionais, tais como praias, igrejas e fontes dos locais acima citados, representa uma das primeiras tentativas de divulgação impressa do turismo no âmbito nacional.



Fotografia 01: Turista visitando formação montanhosa próximo a Poços de Caldas – MG. Como pode ser observada, a imagem é um exemplo de como o meio natural é exaltado enquanto atrativo turístico. Fonte: FGV/ Cpdoc³

Porém, é em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que o Poder Público inaugura a iniciativa de organização do turismo nacional. Sob direção geral de Lourival Fontes, o DIP foi criado com o objetivo de organizar todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e departamentos da administração pública federal. “Com o DIP, o governo tinha todo o poder sobre os meios de comunicação, e o domínio estatal, através do controle de informações de qualquer ação contrária por parte de políticos, divergentes comunistas, diretores de veículos de comunicação” (AMARAL, 2002, s.n). O DIP contava com cinco divisões: Imprensa, Cinema, Teatro, Rádio, Divulgação e Turismo.

Segundo Santos Filho (2008), a Divisão de Turismo foi criada em virtude da insistência de Alzira Vargas, filha e secretária particular de Getúlio Vargas. Em fevereiro de 1938, Alzira e sua mãe, Darcy, foram a Poços de Caldas, Minas Gerais, esperar pelo Presidente que chegaria no fim de março para um pequeno descanso. Nesse

³ A imagem foi utilizada apenas para ilustrar o trabalho de conclusão da disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a fim de complementar a produção para avaliação. Para futuras publicações, será necessário solicitar cópia e autorização da FGV, conforme consta nas diretrizes institucionais do acervo.

meio tempo, Alzira foi convidada pelo prefeito da cidade a visitar seu gabinete, sendo que neste encontro o mesmo argumenta sobre a necessidade de investir no turismo brasileiro, alegando que a atividade representava uma excelente fonte de renda para o país.

Mostraram-se mapas, folhetos, relatórios, estatísticas, estudos para me provar que o Brasil estava perdendo uma fonte de renda excepcional, por falta de organização turística. Pediram-me que sugerisse ao Patrão, com máxima urgência, a criação de um organismo que se dedicasse à propaganda de *nossas belezas naturais* e fomentasse a vinda de turistas estrangeiros ao nosso país (PEIXOTO, 1960, p.361 apud SANTOS FILHO, 2008, p.106) [*grifo nosso*].

Como pode ser observado, o ideal de criação do DIP é incitado pelo prefeito de uma estância hidromineral, lembrando que até este momento, são as estâncias brasileiras que contribuem para o efetivo exercício do turismo nacional. As cidades termais eram descritas como locais harmoniosos, com elementos que aproximavam o homem da natureza. O hábito das temporadas nas estações hidrominerais, nesse período, possibilita o desenvolvimento de cidades tais como Caldas Novas, Araxá e Águas de Lindoia, localizadas nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, dentre outras estâncias pelo Brasil.

O aproveitamento das águas permite a construção de uma infraestrutura adequada para receber os viajantes, embasadas em modelos de urbanização europeus, criando uma cidade-jardim onde o natural e o construído se unem. Em contrapartida, há de destacar que a urbanização e modernização, aliadas aos recursos naturais, logo despertaram o interesse público pela apropriação e exploração do território.

Dessa maneira, Alzira promete auxiliar na organização do turismo nacional e sugere ao seu pai, a criação de uma divisão de turismo junto ao DIP. Apesar de não ter se interessado imediatamente pela questão, Vargas autoriza a criação da nova divisão. Contudo, pode-se afirmar que a organização do turismo no Brasil não está atribuída somente ao episódio ocorrido em Poços de Caldas.

Cabe lembrar que, nesse período, outras estâncias também são palcos para encontros políticos e áreas de interesse por parte do Governo. Araxá (MG), por exemplo, era frequentada por Vargas com objetivo de realizar encontros sociais,

decisões políticas e despachos, além de possibilitar momentos de lazer. Os governantes poderiam assim, desfrutar dos serviços destinados aos usuários da estação balneária, tais como banhos, massagens e duchas (LIMA, 2007). As presenças dessas figuras públicas contribuem para aumentar o prestígio do lugar e com o modismo causado pela presença das personalidades, os rendimentos também aumentavam, lembrando que muitas das fontes termais, hotéis e cassinos eram exploradas pelo próprio governo⁴.

O mesmo ocorre em relação às visitas do Presidente a Campos do Jordão, em São Paulo. Fotos e matérias jornalísticas, as quais exaltam sua presença, conferem ao local um prestígio que serve de propaganda à cidade. As estadas de Vargas na cidade também possibilitam acordos que, junto ao interventor do estado, Adhemar de Barros, deram origem ao Palácio do Governo em Campos do Jordão, em 1938⁵, a uma Colônia de Férias, em 1939, e ao Parque Estadual de Campos do Jordão, em 1941.

A criação do Parque Estadual de Campos do Jordão, além do cunho turístico, tem como uma das suas principais motivações a preocupação com a degradação ambiental decorrente da expansão urbana no município, motivo que levou inclusive, à elaboração de um relatório sobre os impactos da ação antrópica na cidade editado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio como será analisado mais adiante. Tais perspectivas são reflexos das discussões preservacionistas presentes na era Vargas.

Em razão dos interesses dos Governos dos Estados e do Governo Federal em relação ao desenvolvimento do turismo, aliado à insistência de Alzira Vargas, a Divisão de Turismo do DIP passa a superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo internos e externos, bem como coordenar as esferas pública e privada no desenvolvimento da atividade e organizar os planos de propaganda turística no exterior. Não obstante, a divisão fica sob direção Francisco de Paula Assis Figueiredo, prefeito de Poços de Caldas (AMARAL, 2002).

⁴ Analisando a expressão “estância”, pode-se constatar que esta é utilizada no Brasil desde o início século XX designando os locais em que eram executadas as terapias com água e ar, embasados nos exemplos das estações de tratamento europeias. Contudo, sob o ponto de vista legal, a terminologia só é utilizada anos mais tarde na legislação de alguns estados, como São Paulo, que optaram por apoiar o desenvolvimento das estâncias financeira e tecnicamente.

⁵ Em 27 de agosto de 1938, Adhemar de Barros lança a pedra fundamental do Palácio do Governo de Campos do Jordão (MASAKAZU, 1985).

Além da propaganda externa, o Departamento deveria dividir o Brasil em zonas turísticas, estimular o turismo interno, estimular e unificar as empresas de transportes, promover facilidades aduaneiras, providenciar passaporte turístico, registrar e fiscalizar as agências de viagens e de turismo, assim como fiscalizar todos os materiais das mesmas, tais como guias, roteiros e planos.

A Divisão de Turismo, por sua vez, possuía um serviço de distribuição das fotografias das principais cidades turísticas brasileiras e utilizava o recurso • fotográfico nas reportagens das suas revistas *Travel in Brazil* e *Brasil Novo*. Essa divisão promovia também a vinda de pessoas famosas ou de destaque nas mais variadas áreas, incluindo aí fotógrafos estrangeiros (GOULART, 1990, p.73).

Nesse processo, há de se destacar que assim como na *Obra Getulina*, as revistas de fomento ao turismo, veiculadas pelo DIP, também promovem fotografias em que a temática principal dos atrativos está interligada ao meio natural. Não somente em suas fotografias, mas também em seu projeto gráfico. Como exemplo, pode-se observar a capa da revista *Travel in Brazil* destacando, conforme pode ser inferido, atrativos do Rio Grande do Sul. Os passeios a cavalo, o contato do homem com o campo são elementos que frequentemente são observados na propaganda turística deste período.



Figura 01: Capa da revista *Travel in Brazil*, da Divisão de Turismo do DIP (sem data de publicação). Acervo do CPDOC. Fonte: Luca (2011).

Ademais, a Divisão de Turismo também era responsável por regulamentar a criação e o desenvolvimento de estações hidrominerais, climáticas ou ligadas a centros nacionais de caráter histórico ou natural, fixando diretrizes de termalismo e climatismo para a administração pública que se dedicasse a essas áreas (GOULART, 1990). Esta é

uma das interferências de polícia ambiental mais relevante da Era Vargas no que diz respeito às contribuições para o turismo, pois possibilitaram a regulação dos espaços em que o meio natural e o turismo são exaltados, possibilitando até mesmo, incentivos financeiros para as cidades que mantivessem a função de estância, sendo que esse *status* estava sempre atrelado à manutenção de um bem natural.

Segundo a legislação, para que uma cidade fosse considerada estância balneária, deveria ter praia voltada para o mar. Para ser climática, o município teria que apresentar temperaturas amenas, marcando no máximo 25°C no verão e 18°C no inverno (medidas por posto meteorológico por, no mínimo, três anos). Para ser hidromineral, a cidade necessitava ter fontes de água mineral captada natural ou artificialmente (legalizada pelo Governo) e a existência de estrutura que permitisse o uso terapêutico das águas⁶.

Acrescentando-se a todas essas funções de organização e fiscalização, a Divisão de Turismo também dava “incentivo à construção de hotéis, abrindo financiamento através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários no valor de 30 mil contos” (AMARAL, 2002, s.n). Analisando as funções atribuídas à Divisão de Turismo do DIP, nota-se que as mesmas são muito similares às funções do Instituto Brasileiro de Turismo, criado anos mais tarde.

Sendo assim, considera-se a formatação da Divisão de Turismo do DIP como pioneira na política nacional de turismo. Apesar dos primeiros passos terem se iniciado na Era Vargas, a Divisão de Turismo logo perdeu força, em razão da Segunda Guerra Mundial e a diminuição do movimento de visitantes. Contudo, os resultados alcançados até esse momento na história do turismo brasileiro, não são perdidos, uma vez que nos anos de 1950, com o retorno de Getúlio Vargas ao poder e o crescimento da atividade turística nacional, as intervenções governamentais no turismo passam a ser cada vez mais frequentes.

A degradação ambiental e o turismo em Campos do Jordão – SP

⁶ A terminologia “estância turística” só é citada na legislação pós década de 1970. Isso porque o termo “estância” na década de 1940 já era imbuído de um valor terapêutico aliado ao lazer.

Os debates em torno da questão ambiental e do desenvolvimento turístico são exemplificados na realidade da estância de Campos do Jordão, São Paulo. Este município, nascido sob o ideal de uma estância hidromineral e climática na década de 1920, teve em seus desdobramentos históricos a presença de importantes membros da elite político-intelectual brasileira, dentre os quais se destacam Getúlio Vargas e seu interventor Estadual Adhemar de Barros, que muito fizeram em adição às políticas de proteção aos recursos naturais da cidade e do crescimento turístico.

Este processo, comum a outras estâncias brasileiras, é ponto de partida para compreender como a questão ambiental está vinculada ao turismo, sendo que ambos os discursos, em alta nos debates na década de 1930 e 1940, como já explanados, irão permear as ações que configuram a realidade geográfica, cultural e econômica que até hoje se encontra naquele território. Dessa maneira, para melhor compreender as preocupações e decisões que fundamentaram as políticas e ações ambientais, e, por conseguinte, turísticas na cidade, optou-se por analisar o relatório da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Este trabalho, de autoria de Mario de Sampaio Ferraz⁷, editado pela diretoria de publicidade agrícola em 1941, pode ser definido como um relatório das características ambientais de Campos do Jordão, complementado para a divulgação turística. O que se infere pela leitura do material é que a princípio, foi realizada uma visita técnica do autor para analisar os recursos agrícolas do município e apontar, dentre outros fatores - tais como análises aprofundadas sobre o solo, fauna e flora – a situação da degradação ambiental na área pertinente ao município.

Todavia, em virtude das ações em estímulo ao desenvolvimento turístico da região, tais como o zoneamento da estância e a criação de hotéis e do Parque Estadual de Campos do Jordão, o relatório passa a ser acrescido de informações que verificam as potencialidades e dificuldades de implementação no turismo na cidade, assim como

⁷ Não foi encontrado nas fontes consultadas o cargo de Mario Sampaio de Ferraz. Pela natureza da obra acredita-se que este deve ser responsável por uma das diretorias da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio no período estudado. Para verificação, seria necessário consultar o espaço onde hoje se estabelece documentos desse órgão (provavelmente na Fundação SEADE – verificação que será feita posteriormente em visita a arquivos públicos de São Paulo).

trechos de exaltação dos atrativos já existentes, modelando assim, uma obra que poderia ser utilizada também como veículo de divulgação turística.

É prudente ressaltar que tal concepção não foi realizada em apenas um ano. Por meio de uma leitura aprofundada, pode-se observar que o autor esteve em diferentes períodos na região, sendo que a cada nova passagem, sua visão sobre a realidade da cidade vai sendo acrescida de novas informações. Quanto aos acontecimentos que se revelam em favor do turismo na cidade e que influem na concepção final da obra em 1941, podemos destacar o Decreto nº 11.781, que determina o seccionamento da cidade em duas zonas: uma turística e uma sanatorial. A primeira, a ser explorada por hotéis e cassinos e a segunda, onde ficariam reclusos os doentes tuberculosos que buscavam a estância por suas características climáticas⁸.

Ademais, observa-se também entre os anos de 1939 e 1941 a instalação de alguns hotéis e clubes na cidade, indicando o interesse financeiro de empreendedores que certamente foram beneficiados com o Decreto. Em 1939, por exemplo, com o Decreto nº 10.863 de 28 de dezembro, o Governo de São Paulo autoriza a desapropriação de terras para a instalação de uma colônia de férias por parte da Prefeitura Sanitária em Campos do Jordão, o que reafirma o presente ideal de fomentar o turismo, como pode ser conferido nas palavras do próprio Ferraz: “Ótimo negocio seria, tanto para Campos como para o Estado, que assim estabeleceriam, em definitivo, uma grande e rendosa corrente de turismo” (FERRAZ, 1941, p.88).

É neste cenário que Ferraz desdobra suas análises, destacando, sobretudo os problemas ambientais que prejudicariam a implementação do turismo na cidade. Nesse aspecto, a maior preocupação do autor está vinculada ao desmatamento, sendo a araucária, o principal e mais significativa exemplar de espécie ameaçada, uma vez que se trata um “símbolo da paisagem alpina” de Campos do Jordão. Resumindo, Ferraz aponta os seguintes problemas:

- 1) O homem derruba matas sem reflorestar;
- 2) O fogo queima as capoeiras

⁸ O nascimento da estância climática de Campos do Jordão está vinculado às teorias médicas do período que afirmavam que o clima de um ambiente montanhoso era propício ao tratamento de doenças pulmonares, dentre as quais se destaca a tuberculose.

3) O gado arranca as mudas e come as sementes

São estas três, as causas principais do desaparecimento do nosso precioso pinheiro. Mesmo que se realize o ideal dos amigos da Natureza, isto é, a completa proibição das derrubadas, a nossa araucária vai desaparecendo por força!!

Ainda segundo Ferraz, não basta o decreto de leis regulando o corte e obrigando o replantio, mas sim “a decretação de leis drásticas, com multas pesadas e vigilância implacável” (FERRAZ, 1941, p. 38). Para o autor, o valor da araucária é imensurável, pois se constitui como um patrimônio jordanense por possibilitar, dentre outros fatores, a estruturação climática da região, que é alvo de exploração da estância enquanto retiro sanatorial para portadores do bacilo da tuberculose, assim como agente de harmonização da paisagem a ser explorada turisticamente.

Nota-se, pela estruturação das ideias na obra que os ideais conservacionistas e preservacionistas se justapõem, gerando recomendações que se direcionam para ambas concepções, podendo ser observadas nesse processo, a aceção dos ideais vislumbrados pela elite-político intelectual que clamava pelas questões ambientais na Era Vargas. No que pertence ao conservacionismo, nota-se nas reivindicações de Ferraz (1941, p.42) a necessidade de promoção da silvicultura⁹.

Toda a zona dos Campos do Jordão representam para a silvicultura, incalculável valor pelas múltiplas vantagens que possui para a formação das florestas homogêneas, especialmente das coníferas.

No âmbito nacional, a prática da silvicultura é destacada como uma experiência conservacionista norte-americana bem sucedida e que ganhava adeptos no Brasil, sendo que suas concepções também estiveram presentes nas estratégias delineadas na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

A idéia de silvicultura também aparece em várias referências. Além das práticas de reflorestamento com eucaliptos, são propostos reflorestamentos com essências nativas. O reflorestamento de morros na capital e da margem das estradas, o problema das secas no nordeste

⁹ Silvicultura é a ciência que se ocupa das atividades ligadas a implantação e regeneração de florestas com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas.

e o da reposição de madeiras (para dormentes, móveis, construção civil, carvão), seriam questões a serem resolvidas através do plantio de árvores (FRANCO, 2002, p. 83).

No que tange aos ideais preservacionistas, a criação dos Parques Nacionais, estratégia também pontuada na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, uma vez que “os parques, pelas suas belezas, poderiam atrair muitos turistas estrangeiros ricos que deixariam aqui o seu dinheiro” (FRANCO, 2002, p.87), também aparecem como orientação de Ferraz (1941, p.49):

Os Poderes Públicos, cientes da gravidade da situação, estão resolvidos a intervir, com maior energia e severidade. Recentemente, com o decreto-lei n.11908 de 27 de março de 1941, o Interventor Adhemar de Barros tomou resoluções de maior vulto, criando o Parque Estadual, que será vasto reduto de reservas de reconstituição da flora e fauna da região.

É justamente neste processo de criação de um Parque sob o conceito preservacionista, que também surgem as recomendações em benefício do turismo.

O Estado poderá ainda dividir certas zonas em lotes que, a juízo da Comissão organizadora, serão arrendados ou, de qualquer modo, utilizados para fins que favoreçam o desenvolvimento do turismo. Dentro da área desse reduto da flora serrana será criado um modelar horto florestal, com seções especializadas de fruticultura e floricultura, destinado a promover e incentivar o reflorestamento da região e o seu embelezamento como a cultura de frutas de clima temperado.

Como pode ser observada, a noção de proteção à natureza de Ferraz, envolve tanto o conceito de preservação do meio natural, quanto uma ideia de melhoramento da natureza a ser realizado pela intervenção do poder público. Os argumentos econômicos coexistem com os de ordem estética.

Considerações

Perante as análises realizadas, se pode observar que o caso de Campos do Jordão insere-se no quadro mais amplo do debate político-ambiental brasileiro, sendo que as

iniciativas de âmbito regional refletem os discursos nacionais pautados nos ideais preservacionistas e conservacionistas. Estes ideais, por sua vez, são desdobramentos das discussões e experiências no panorama mundial, sendo que, sobretudo os exemplos norte-americanos são assumidos como referenciais para a orientação dos debates nacionais em torno da política ambiental.

Interessante considerar que embora não houvesse nenhuma relação direta entre os atores que participaram da primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza no Rio de Janeiro, em 1934, e da confecção do relatório da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio sobre Campos do Jordão em São Paulo, no ano de 1941, os discursos analisados se convergem, conforme pode ser concluído pela justaposição dos conceitos apresentados neste artigo. Tal fato se deve em razão de ambos os discursos representarem a realidade nacional e refletirem os elementos da política varguista que vislumbrava, mesmo que parcialmente, o debate entorno da questão ambiental, e neste processo, a promoção do turismo.

Compreendendo a política ambiental como “o conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o meio ambiente” (LUSTOSA, *et al*, 2003, p.135), verificou-se que estas são desenvolvidas na Era Vargas, tanto no âmbito Federal quanto Estadual. Mesmo que por iniciativas isoladas, destaca-se a relevância de melhor explorar esse período histórico, visto que a maior parte dos estudos nessa área se concentra pós década de 1960, quando há um maior volume de leis e ações que facilitam a análise dos pesquisadores na atualidade.

Porém, há de se considerar que os primórdios da política ambiental brasileira, que como visto, está atrelada em uma de suas vertentes ao desenvolvimento turístico, se revela norteadora de desdobramentos que até hoje permanecem. A exemplo, relembra-se que se atualmente estamos discutindo o Código Florestal Brasileiro, é em razão de de sua criação em 1934, momento histórico marcado não apenas pelo desenvolvimento econômico e modernização, mas também por suas preocupações ambientais.

Referências

AMARAL, K. C. de C. Getúlio Vargas – o criador de ilusões. **Anais do XXV**

Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Salvador: Intercom, 2002.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEAN, W. A Conservação das Florestas no Sudeste do Brasil 1900-1955. *In: Revista de História.* São Paulo. Dez. 1995. Nº133.

FRANCO, J. L. A; DRUMMOND, J.A. Alberto Sampaio – Um botânico brasileiro e seu programa de proteção à natureza. *In: Varia História.* Vol. 21, nº 33, Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752005000100007>. Acesso em: 30. abr. 2012 às 24h12min.

FRANCO, J. L. A. A primeira conferencia Brasileira de Proteção à natureza e a questão da identidade Nacional. *In: Varia História.* Belo Horizonte: UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=265>. Acesso em: 30. abr. 2012 às 22h17min.

FERRAZ, M. de S. *Campos do Jordão.* São Paulo: secretaria da agricultura industria e commercio, 1941.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial:** ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

JAGUARIBE, B. LISSOVSKI, M. Imagem fotográfica e o imaginário social. **ECO-PÓS-** v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, p.88-109. Disponível em: www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/article/viewFile/55/39. Acesso em: 10. jan. 2010

LIMA, G. T. N. *Via de duplo sentido:* Araxá cidade balneária 1920-1940. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

LUCA, T. R. produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso *In: Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 31, nº 61, p. 271-296 – 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a14v31n61.pdf>. Acesso em 10. jun. 2012.

LUSTOSA, M. C. J.; CÂNEPA, E. M; YOUNG, C. E. F. Política ambiental. *In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente: teoria e prática.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.,** São

Paulo, v. 26, n. 51. June 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 mai. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007>.

SANTOS FILHO, J. dos. O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. **Cultur – Revista Cultura e Turismo**. Ano 2, n.02, jul.2008. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em 27. mar. 2010.

TAVOLARO, Sergio B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. *In: Ambient. soc.* [online]. 2000, n.6-7, pp. 63-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20427.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2012 às 23h12min.